

**Atos Oficiais:**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO: A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires**, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 21/08/2024 às **17:30 horas na Rua João Duarte nº 56, Centro– Ribeirão Pires / SP**, serão julgados os recursos interpostos contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 119, 120, 121 e 122/2024. Ribeirão Pires, 19 de agosto de 2024. Nélcio José da Silva- **PRESIDENTE DA JARI**.

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE RIBEIRÃO PIRES  
END. CORRESPONDÊNCIA: Rua Miguel Prisco, 288, – Centro – Ribeirão Pires  
Fone: 11.4828.9109 – comdema.rp@gmail.com

**CONVOCAÇÃO 161º REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA**

Srs. Conselheiros, Convocamos a todos para participar da 161ª ordinária do COMDEMA, que acontecerá PRESENCIALMENTE.

reunião  
Data: 21 de

**agosto de 2024, Quarta-feira Horário: 15h**

**Local: Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ribeirão Pires – ACIARP  
(Rua: Afonso Zampól, no 70, Centro, Ribeirão Pires – SP)**

**Pautas:**

- ☐ Aprovação da ata da 157a Reunião Ordinária do COMDEMA;
- ☐ Aprovação da ata 45a Reunião Extraordinária do COMDEMA em Conjunto Com a 72a Reunião Ordinária CODUHAB,
- ☐ Minuta com as alterações no Regimento Interno do COMDEMA;
- ☐ definição de pautas para a próxima reunião ordinária.

Contamos com sua participação!  
Secretaria Executiva do COMDEMA

**PREGÕES ELETRÔNICOS ABERTOS JUNTO AO SETOR DE COMPRAS:**

N.º 037/2024 - Objeto: registro de preços para eventual fornecimento de medicamentos dopaminérgicos. Período para cotação das 11:00 horas do dia 20/08/2024 às 08:00 horas do dia 04/09/2024. Período para lances: 04/09/2024 a partir das 09:00 horas. N.º 038/2024 - Objeto: registro de preços para eventual fornecimento de medicamentos anestésicos e outros. Período para cotação das 16:00 horas do dia 20/08/2024 às 13:30 horas do dia 04/09/2024. Período para lances: 04/09/2024 a partir das 14:30 horas. E N.º 039/2024 - Objeto: contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares de gestão pública, contemplando os sistemas de administração tributária, orçamentário, financeira e recursos humanos. Período para cotação das 16:00 horas do dia 23/08/2024 às 09:00 horas do dia 05/09/2024. Período para lances: 05/09/2024 a partir das 10:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone 11 4828-9862. Os editais na íntegra poderão ser obtidos através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza - Agente de Contratação.

**LEI Nº 7.005, DE 21 DE JUNHO DE 2024**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Campanha Abril Azul-Claro - Mês de Conscientização sobre o Câncer de Esôfago, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo César Ferreira)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Campanha Abril Azul-Claro - Mês de Conscientização sobre o Câncer de Esôfago”, com o objetivo de informar e conscientizar a população sobre o câncer de esôfago, seus fatores de risco, sintomas, diagnóstico precoce, tratamento e prevenção, visando reduzir a incidência da doença e promover a saúde e o bem-estar dos munícipes.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 21 de junho de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**LUIZ CARLOS PERLATTI**

**Secretário de Saúde e Higiene**

Processo Administrativo nº 1672/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

#### **DECRETO Nº 7.509 DE 05 DE AGOSTO DE 2024**

**Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal de Segurança Pública, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam substituídos os membros Titular e Suplente representantes da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, Daniel Gonçalves do Carmo Junior, Marcos Roberto Franco de Oliveira, indicados pelo Decreto nº 7.398, de 25 de maio de 2023, **POR SANDRO TORRES AMANTE E MARCOS PAULO CAMPANHÃ DE MORAES.**

**Art. 2º** - Fica substituído o membro Titular representante da Secretaria de Saúde e Higiene, Audrei Rocha Silva, indicado pelo Decreto nº 7.398, de 25 de maio de 2023, **POR LUIZ CARLOS PERLATTI.**

**Art. 3º** - Fica substituído o membro Titular representante da Secretaria de Educação e Cultura, Rosi Ribeiro de Marco, indicado pelo Decreto nº 7.398, de 25 de maio de 2023, **POR JOÃO CARLOS FAVARO.**

**Art. 4º** - Fica substituído o membro Titular representante da Estação de Bombeiros, Luis Fernando Vieira, indicado pelo Decreto nº 7.398, de 25 de maio de 2023, **POR GUSTAVO BUENO ALEIXO.**

**Art. 5º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 31 de julho de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de agosto de 2024 – 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**

**Prefeito**

**ANDRÉ REBECHI DUARTE**

**Secretário Interino de Assuntos Jurídicos**

**SANDRO TORRES AMANTE**

**Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil**

Processo Administrativo nº 5052/2013-PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial

#### **LEI Nº 7.002, DE 13 DE JUNHO DE 2024**

**Institui a Política Municipal de Atenção à Oncologia Pediátrica no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Archeson Pedroza Teixeira)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Atenção à Oncologia Pediátrica no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, com o objetivo de buscar o aumento dos índices de cura e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes infantis com câncer, por meio de ações de prevenção, detecção precoce, tratamento, assistência social e cuidados paliativos

**Parágrafo único.** Consideram-se abrangidos pela Política de que trata esta Lei todas as crianças e adolescentes na faixa etária de 0 (zero) a 19 (dezenove) anos com suspeita ou diagnóstico de câncer.

**Art. 2º-** São diretrizes da Política Municipal de Atenção à Oncologia Pediátrica:

**I** o respeito à dignidade humana, à igualdade e à não discriminação por meio da promoção da melhoria das condições de assistência à saúde das crianças e dos adolescentes com câncer infanto-juvenil;

**II** a garantia ao tratamento diferenciado, universal e integral às crianças e aos adolescentes, priorizando o diagnóstico precoce;

**III** a equidade no acesso a serviços especializados, por meio de protocolos clínicos de gravidade e prioridade; e

**IV** a inclusão e a participação plena e efetiva das crianças e adolescentes com câncer na sociedade, proporcionando melhor qualidade de vida durante e após o tratamento.

**Art. 3º** São instrumentos da Política de Atenção à Oncologia Pediátrica:

**I** a instituição de uma linha de cuidados específica para o câncer infanto-juvenil;

**II** o fortalecimento de processos de regulação, como garantia de acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento integral, à reabilitação e aos cuidados centrados na família;

**III** a definição de serviços atualmente habilitados em oncologia pediátrica para o tratamento do câncer infanto-juvenil;

**IV** a utilização de sistema informatizado, visando à regulação da transparência do acesso aos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de câncer infanto-juvenil;

**V** a implantação de serviço de teleconsultoria para apoio ao diagnóstico precoce e seguimento clínico adequado durante e após o processo de diagnóstico e tratamento, de acordo com as melhores evidências científicas;

**VI** o aprimoramento da habilitação e da contratualização dos serviços de referência, garantindo o acesso da população referenciada a serviços assistenciais de qualidade, conforme legislação vigente e orientações do Ministério da Saúde; e

**VII** o monitoramento contínuo da qualidade assistencial dos serviços prestados, por meio de indicadores específicos do câncer infanto-juvenil, dando transparência aos resultados assistenciais de cada serviço.

**Art. 4º** São objetivos específicos da Política de Atenção à Oncologia Pediátrica:

**I** prever o atendimento de crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos de idade e adolescentes de 10 (dez) a 19 (dezenove) anos incompletos;

**II** qualificar a suspeição clínica e facilitar o acesso aos serviços de diagnóstico;

**III** viabilizar que pacientes com necessidades específicas possam ter o benefício de segunda opinião, em modelo de assistência integral, na rede assistencial;

**IV** promover processos contínuos de capacitação sobre o câncer infanto-juvenil dos profissionais da área da saúde;

**V** conscientizar a rede escolar e a comunidade em geral sobre o câncer infanto-juvenil, visando à contribuição para o diagnóstico e o tratamento precoce;

**VI** permitir o encaminhamento dos pacientes que necessitam de procedimentos médicos especializados, quando esses não forem disponibilizados, a outros centros habilitados, sem prejuízo de retorno aos centros de origem para dar continuidade a seus tratamentos posteriormente;

**VII** estimular programas de pesquisas científicas nos centros habilitados;

**VIII** fornecer capacitações sobre os protocolos de tratamento validados pela Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), promovendo a adesão da Secretaria Municipal de Saúde a esses protocolos;

**IX** estimular o desenvolvimento científico e tecnológico para a promoção de avanços no combate ao câncer infanto-juvenil;

**X** monitorar o tempo entre o diagnóstico de câncer infanto-juvenil e o primeiro tratamento recebido na rede do SUS; e

**XI** tornar compulsória a notificação do câncer infanto-juvenil.

**Art. 5º** - Os centros em oncologia habilitados para tratamento de crianças e adolescentes e localizados em estruturas hospitalares prestarão consultas de parecer.

**§ 1º** As consultas de parecer serão prestadas aos pacientes que, encaminhados por profissionais de saúde da rede, possuam diagnóstico ou forte suspeita de doença oncológica e terão como atribuição a confirmação do diagnóstico e o início imediato do tratamento dos pacientes.

**§ 2º** Nos casos diagnosticados por meio de consulta de parecer, a secretaria de saúde ficará responsável pela posterior regulação dos pacientes.

**§ 3º** O processo de regulação do paciente já em tratamento para o atendimento ambulatorial, posterior à alta hospitalar, deverá ser automático, não necessitando de nova regulação.

**Art. 6º** Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**LUIZ CARLOS PERLATTI**

**Secretário de Saúde e Higiene**

Processo Administrativo nº 1355/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.